

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 144

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 095ª A SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE NOVEMBRO DE 2002**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchini, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Desisto da chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e fará a verificação de votação.

16 senhores deputados aprovam.

Que não há manifestação do deputado Antonio Carlos Baratter, dessa Presidência e do 2º Secretário.

Há condições de prosseguirmos com a Sessão.

**Aprovada a Ata.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 051/2002

Curitiba, 11 de novembro de 2002.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Taxa de Segurança de que trata o artigo 4º da Lei nº 7.257/79, de 30 de novembro de 1979, com suas alterações posteriores, ficam acrescidas, na Tabela 8, das subclassificações 8.1.11, 8.1.12 e 8.1.13; 8.2.1.1, 8.2.8 e 8.2.9; e alterada a alíquota da classificação 8.12, passando a ter as alíquotas que especifica e que à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições competirá a normatização dos requisitos procedimentais a que se referem as subclassificações inseridas.

O Plano de Lei ora submetido a essa Casa de Leis, consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania, inclusive do Departamento da Polícia Civil, da Secretaria de Estado do Governo e da Secretaria de Estado da Fazenda, apresentando através do protocolado sob nº 5.165.875-2/2002, onde ficou muito bem demonstrada a conveniência e oportunidade da medida, considerada, aliás da maior necessidade, para atualizar a Taxa de Segurança a modernos conceitos.

Melhor e mais detalhadamente justificando a medida em questão, é feita anexação de cópia de exposição de motivos contida no referido protocolado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

JUSTIFICATIVA:

A Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, UPFPR - vale R\$37,54 (trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

É reajustada anualmente pela Secretaria de Fazenda, em janeiro.

1) Subitem 8.2.1.1. - Sua inclusão é justificada tendo em vista a necessidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública, através da Deam promover o completo mapeamento sobre a movimentação de armas registradas, as quais, pelas regras vigentes, na sua grande maioria, tem sua propriedade "transferida", sem que o adquirente, promova a efetivas transferência para o seu nome junto aquela Delegacia. O recadastramento a cada cinco anos, coibiria esta prática, obrigando a Delegacia a um monitoramento mais direto, podendo inclusive desenvolver atividades objetivando a apreensão das armas não recadastradas, as quais, depois de regularizada a situação, a juízo da autoridade policial poderão ser restituída aos seus proprietários.

2) Subitens 8.1.11, 8.1.12, 8.1.13, 8.2.8 e 8.2.9, (referentes a coletes à prova de balas de uso permitido e veículos blindados de passeio). - O Decreto Federal 3.665 de 20.11.2000, atribuiu às Secretarias de Segurança Pública, o registro daqueles produtos controlados. Tais equipamentos se destinam a proteção da vida e da integridade física. Todavia se utilizados por criminosos, terão o propósito de assegurar-lhes o êxito da empreitada ilícita, impedindo, anulando ou dificultando a ação repressora da polícia, com risco multiplicado para os agentes da lei. Reside aí, pois a necessidade de efetiva fiscalização daqueles que se propõem a utiliza-los. Os registros são por única vez. Introduziu-se ainda o controle sobre a licença de propriedade de colete à prova de balas e veículos blindados, bem como, licença para conduzir este último, categoria com obrigatoriedade anual de atualização, justamente para evitar a cessão e/ou mau uso dos referidos equipamentos por pessoas não autorizadas. No caso de veículos blindados, o seu proprietário próprio, poderá autorizar familiares e empregados a conduzi-lo, para tanto, cada pessoa autorizada, deverá se regularizar junto à Delegacia fiscalizadora.

20%	da	UPFPR	=	R\$	7,51
50%	da	UPFPR	=	R\$	18,77
70%	da	UPFPR	=	R\$	24,14
100%	da	UPFPR	=	R\$	37,54
200%	da	UPFPR	=	R\$	75,08
1000%	da	UPFPR	=	R\$	375,40

3) Item 8.12 (Veículos blindados de transporte de valores) Critérios assemelhados induzem à maior fiscalização e controle deste produto controlado, suscetível de apropriação e uso por quadrilhas organizadas para a consecução de crimes, conforme casos divulgados pela imprensa. Os registros são semestrais.

Valor atual            60%   da   UPFPR       =   R\$22,52

Valor proposto      200%   da   UPFPR       =   R\$75,16

MENSAGEM Nº 052/2002

Curitiba, 11 de novembro de 2002

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder reversão aos doadores (Paulo Pelisson Sobrinho e sua mulher Adelina Buzato Pelisson) que, por escritura pública lavrada em 21.07.83, no 1º Tabelionato da Comarca de Marialva, matriculada sob nº 10.527, do Cartário de Registro de Imóveis da mesma Comarca, fizeram doação da área que especifica, em favor do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná.

O donatário foi contemplado com tal área para destinação expressa de que fosse utilizada na construção de uma escola rural (estrada Jaguarana - KM 18 - Gleba Pinguim), escola essa extinta e desativada e que, segundo o Fundepar (Parecer nº 159/2001) não retomará suas atividades. Por esses aspectos, através do protocolado nº 4.757.431-5, chegou-se à conclusão de que a pretendida reversão é justa e oportuna.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa e necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 053/2002

Curitiba, 20 de novembro de 2002.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que redefine os limites do Parque Estadual do Boguaçu, no município de Guaratuba, criado pelo Decreto Estadual nº 4.056, de 26 de fevereiro de 1998, passando o referido Parque a somar área de 6.660,6415 há.

O Plano de Lei em referência decorre de estudos feitos por técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cujas conclusões me foram encaminhadas pelo Titular daquela Pasta, através de expediente protocolado sob nº 5.226.407-3/2002.

No mencionado protocolado figura o adiante transcrito Parecer nº 3.121/02-CTJ, da Secretaria de Estado do

Governo, cujos termos utilizo como justificativa à medida ora proposta:

“O senhor secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (mediante o Ofício nº 808/02 - Sema-GS), submete à apreciação proposta de Projeto de Lei que redefine o perímetro do Parque Estadual do Boguaçu, situado no município de Guaratuba e estabelece prazo de dois anos para o Poder Executivo desapropriar os imóveis inseridos no período.

Consoante considerações apresentadas nos autos, fls. 06, - justificativa para a Revisão do Perímetro, Sema/IAP/Dibap, “o disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 9.985/2000, estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC e conforme proposta do Sistema Estadual de Unidades de Conservação/SEUC, “o Parque tem como objetivo básico e a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

Dessa forma, “o novo perímetro proposto para o Parque Estadual do Boguaçu procurou abranger aspectos naturais de grande importância para a conservação da biodiversidade e possibilitar a conexão com outros ecossistemas associados do Bioma Floresta Ombrófila Densa, bem como outras Unidades de Conservação de proteção integral, proporcionando o estabelecimento dos corredores ecológicos da Floresta Atlântica. Também, a inclusão de manguezais (ambientes extremamente frágeis), bem conservados, embora estejam sofrendo pressão por uma ocupação urbana.

Foram excluídas as áreas com ocupação urbana consolidada e outras onde a descaracterização de seu ambiente natural foi extremamente alta, impossibilitando a sua recuperação e recomposição satisfatoriamente em tempo de compor com os ambientes ainda bem conservados.

Temos ainda, o “levantamento do Potencial Turístico da APA de Guaratuba”, realizado na região da Baía, que ressalta a importância de regularização fundiária e implementação do Parque com Plano de Manejo, destacando a necessidade da identificação e localização dos subprogramas que normatizem os diferentes usos da unidade.

A maior parte dos imóveis localizados no perímetro de abrangência do parque, são caracterizadas pelo uso e ocupação de áreas de lazer e agricultura de subsistência.

Após 4 anos de criação da unidade, faz-se necessário e urgente a redefinição do perímetro para iniciar o processo de desapropriação das áreas particulares e possibilitar a elaboração do Plano de Manejo e a sua implantação”.

Constam do processo, cópia do Decreto nº 4.056, de 26 de fevereiro de 1998, referente a criação do Parque Estadual do Boguaçu, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de

2000 - Instituidora do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e, regulamentadora do artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, bem como Projeto de Lei, redefinindo os limites do Parque, o qual passará a ter uma área de 6.660,6415 ha, (memorial descrito e mapas em anexo).

Observe-se que o senhor diretor presidente do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, mediante despacho de fls. 52, manifesta-se favoravelmente ao projeto, ora apresentado.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido do Plenário a retirada por 3 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 503/2002, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI, RENATO GAÚCHO, LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ CARLOS ZUK, JOSÉ MARIA FERREIRA, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, SERAFINA CARRILHO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ALGACI TULIO.

### REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Gomes Pereira Faria.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Curitiba, dia 24 de novembro de 2002, aos 81 anos de idade, a Sra. Maria da Conceição Gomes Pereira Faria, viúva do procurador de justiça José Rocha Faria. deixa os filhos, ex-senador Enéas Faria; Maria da Conceição Pereira Faria; Francisca Olga Pereira Faria e o procurador de Justiça Fajardo Faria.

O passamento da Sra. Maria da Conceição Gomes Pereira Faria veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são umas dentre tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Descanse, pois, amiga Maria da Conceição Gomes Pereira Faria, na certeza de que deixou em cada ser que o cercara um admirador e um amigo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Faria, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após de ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Plácido Francisco dos Santos ocorrido dia 18 de novembro/2002 em Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, na cidade de Clevelândia, aos 99 anos de idade, no último dia 18/11, o senhor Plácido Francisco dos Passos que era viúvo de dona Joana Andriola dos Passos. O extinto deixou um filho, 20 netos e 28 bisnetos.

Plácido Francisco dos Passos, que era agropecuarista da região de Clevelândia foi um dos desbravadores do Sudoeste do Paraná. Ele chegou ao município em 03 de agosto de 1940. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória. Descansa, pois, valente lutador. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuramos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Passos endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que o todos conforte.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 729/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga o município de

Pinhão ao município de Manguaerinha, iniciando o trajeto no perímetro urbano de Pinhão, passando por Dois Pinheiros, Reserva do Iguaçu, Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, Morro Verde e finalizando no perímetro urbano de Manguaerinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Há muito se urge providências no sentido de estadualização do trecho de Rodovia que liga o município de Pinhão ao município de Manguaerinha, iniciando o trajeto no perímetro urbano de Pinhão, passando por Dois Vizinhos, Reserva do Iguaçu, Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, Morro Verde e finalizando no perímetro urbano de Manguaerinha, pois beneficiará inúmeras famílias, além de também trazer auxílio a indústrias e a várias áreas agrícolas muito produtivas, responsáveis por boa parte da arrecadação do Estado.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo cunho social e meritório, conclamo a todos os meus pares deputados desta Assembléia Legislativa, a prestarem seu apoio à iniciativa que tomamos. O povo de toda a região envolvida agradece, assim como todo o Estado do Paraná, pois mais uma dívida com aquela próspera região, estará sendo extinta.

#### PROJETO DE LEI Nº 730/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Foz do Anta, localizada no Rio das Cinzas e PCH Bonanza, localizada no Rio Laranjinha, nos Municípios de Tomazina, Arapoti e Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - A construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Foz da Anta e PCH Bonanza, mencionadas no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas do Instituto Ambientais do Paraná - IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constitui um ato de extrema importância para a implementação das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Foz da Anta e PCH Bonanza, visto determinação contida no artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe que dependerá da aprovação do Poder

Legislativo a construção de centrais hidrelétricas no Estado.

Procuramos assegurar no texto deste projeto de lei, todas as garantias constitucionais e ambientais e ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná. Inclusive, já temos obtido as respectivas Cartas de Anuência das prefeituras, que declaram não haver nenhuma objeção à implantação do empreendimento.

Numa época de crise nacional de energia não precisamos nem justificar a importância desse empreendimento, que temos a certeza será de grande valia para minorar a escassez energética em nosso Estado e no Brasil, num todo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 731/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB, com a finalidade de prover recursos para aplicação em despesas correntes e de capital nas ações administrativas e operacionais de bombeiro, prevista na lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e em convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 2º - Ficam criadas:

I - as Taxas de Exercício do Poder de Polícia, tendo como fato gerador, o exercício de poder de polícia pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, em relação ao contribuinte, conforme discriminado no Anexo Único desta lei e,

II - as Taxas de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, tendo como fato gerador, a utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, discriminados no anexo único desta lei, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

§ 1º - Os serviços de tranquilidade e/ou salubridade públicas, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, tendo como fatos geradores as atividades e serviços públicos específicos e divisíveis, indicados no anexo único desta lei, são de utilização, efetiva ou potencial obrigatória.

§ 2º - Os valores das taxas de que trata este artigo, correspondem a cada fato gerador, sendo os constantes do anexo único desta lei.

§ 3º - O cálculo das taxas levará em conta a complexidade e o grau de dificuldade do respectivo ato ou serviço, assim, como o potencial de risco a que estão expostas as atividades do contribuinte, segundo critérios

técnicos específicos da atividade de tranquilidade e/ou salubridade e defesa da cidadania.

Art. 3º - É contribuinte:

I - das Taxas de Exercício do Poder de Polícia, de que trata o inciso I do artigo anterior, toda pessoa física, ou jurídica, em relação a quem é exercido diretamente o poder de polícia pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, nas hipóteses indicadas, no anexo único desta lei; e,

II - das taxas de Serviços Prestados, de que trata o inciso II do artigo anterior, toda pessoa, física, ou jurídica, que utiliza, efetiva ou potencialmente serviços públicos, específicos e divisíveis, discriminados no anexo único desta lei, prestados ou postos a sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art. 4º - São isentos das taxas de que trata o artigo 2º desta lei:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, observada a reciprocidade de tratamento;

II - as Autarquias e Fundações mantidas pela União, Estados e Municípios;

III - os templos de qualquer culto;

IV - os partidos políticos, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de assistência social sem fins lucrativos assim reconhecidas pelo Poder Público e as instituições de educação que não exigem contribuição financeira dos alunos;

V - residências unifamiliares e edifícios residenciais com até três pavimentos;

VI - as pessoas comprovadamente pobres, de acordo com a respectiva certidão emitida por órgão competente;

Art. 5º - As taxas de que tratam os incisos I e II do artigo 2º comportam recolhimento anual, mensal ou unitário, de acordo com a natureza do correspondente fato gerador.

§ 1º - O valor e a periodicidade do recolhimento de cada taxa de que trata este artigo são os constantes do anexo único desta lei, onde se tem para cada taxa indicada o correspondente valor expresso em percentual da União Padrão Fiscal de Estado do Paraná - UPF/PR.

§ 2º - O recolhimento das taxas indicadas no *caput* será efetuado antes da atuação estatal correspondente, salvo disposição em contrário.

§ 3º - Quando a taxa for de recolhimento anual, este será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorreu o fato gerador.

§ 4º - Quanto a taxa for de recolhimento mensal, este será efetuado até o quinto dia útil do período considerado.

Art. 6º - O recolhimento das taxas de que trata os incisos I e II do artigo 2º, será feito junto a rede autorizada por meio de documento de arrecadação de modelo oficial sendo os valores expressos em reais.

Art. 7º - Para efeito de recolhimento das taxas de que trata o artigo 2º desta lei, considera-se autônomo cada estabelecimento do contribuinte.

Art. 8º - Será impedida a atividade do contribuinte, quando não houver sido expedida a licença ou autorização de funcionamento exigível ou quando esta perder sua validade, até a devida regularização.

Art. 9º - A fiscalização quanto ao recolhimento das taxas de que trata o artigo 2º desta lei, será exercida pela Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania, pela Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, observadas as disposições regulamentares desta lei.

Art. 10 - As infrações aos dispositivos desta lei e as respectivas penalidades aplicáveis aos contribuintes são as seguintes;

I - quando o recolhimento da taxa não se der em tempo hábil e o contribuinte comparecer espontaneamente para sanar a irregularidade, multa corresponde a:

a) 1% (um por cento) do valor devido, se o recolhimento for efetuado até o trigésimo dia corrido após o vencimento;

b) 10% (dez por cento) do valor devido, se o recolhimento foi efetuado após o prazo previsto na alínea anterior, cumulando-se esse percentual a cada período de trinta dias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor devido;

II - quando o recolhimento não se der em tempo hábil e o débito for apurado através de procedimento fiscal: multa de 100% (cem por cento) do valor devido;

III - quando for constatada adulteração ou falsificação de documento de arrecadação, sem prejuízo da responsabilidade penal do infrator: multa de 500% (quinhentos por cento) do valor devido.

Art. 11 - As normas relativas ao procedimento administrativo fiscal para apuração de infração, lançamento de ofício e imposição de multas concernentes à taxa, bem como a forma de inscrição dos correspondentes tributários em dívida ativa do Estado e de sua cobrança, serão estabelecidas em Decreto do Poder Executivo, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecido em lei específica.

§1º - Caberá em primeira instância de deliberação singular a revisão da legalidade do lançamento de ofício.

§ 2º - O rito processual para a revisão em segunda instância do lançamento de ofício obedecerá, o previsto em lei específica.

Art. 12 - A taxa somente será devolvida após paga na forma legal, se for recusada a prestação do serviço ou a prática do ato pretendido pelo contribuinte.

Art. 13 - A denúncia espontânea, formalizada nos termos do artigo 138 do Código Tributário Nacional excluirá a responsabilidade por infração, exigindo-se, no ato da regularização, além da taxa devida, apenas a correção monetária e juros de mora.

Art. 14 - Na cobrança da correção monetária dos créditos tributários, serão adotados os mesmos coeficientes para a atualização monetária dos impostos.

Art. 15 - O termo inicial para cálculo da correção monetária da taxa e das penalidades, bem como para contagem dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês não capitalizáveis, será o mês seguinte ao em que ocorrer a infração.

Art. 16 - Constituem receitas do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB;

I - As decorrentes da arrecadação das taxas previstas no artigo 2º conforme o anexo único desta lei, inclusive as de exercícios anteriores;

II - as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;

III - as decorrentes de créditos consignados no orçamento do Estado e de créditos adicionais;

IV - os saldos de exercícios anteriores;

V - o produto de remuneração oriunda de aplicações financeiras com recursos do FUNCB;

VI - as decorrentes de indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes ao FUNCB;

VII - o produto de alienação de bens, equipamentos e materiais imprecipitáveis ou em desuso pertencente ao FUNCB;

VIII - outras receitas eventuais, inclusive aluguéis e arrendamentos de bens e espaços em prédios pertencentes ao FUNCB;

Art. 17 - O FUNCB será administrado por um Conselho Diretor composto pelo secretário de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania, como presidente nato, o comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na qualidade de vice-presidente nato e como membros o chefe do Estado Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, o chefe da 4ª Seção do Estado Maior do Corpo de Bombeiros Militar e um representante da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 18 - O Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria.

Art. 19 - Da aplicação dos recursos do FUNCB, será feita a prestação de contas nos prazos e na forma da legislação pertinente.

Art. 20 - Dentro de 60 (sessenta) dias, o Poder Executivo baixará Decreto regulamentando o Fundo de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(a) NEREU MOURA

#### PROJETO DE LEI Nº 732/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Itália, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Itália, com sede e foro nesta cidade de Curitiba, é merecedora do título de entidade de Utilidade Pública por congregar, há mais de 21 anos, moradores e amigos das Vilas Hakim I e II, Vila Itapema, Vila Ouro Verde, Vila Jacimara e Jardim Itália.

Fundada em 25 de julho de 1981 sob a denominação de Associação de Moradores e Amigos de Santa Felicidade - Jardim Itália, passou a designar-se com o atual nome em 30 de julho de 1999, devidamente registrada e atuante até nossos dias. A Associação tem como objetivos desenvolver o espírito de solidariedade entre os moradores, desenvolvendo o sentido de comunidade e proporcionando melhoria nas condições de vida, representar os interesses comuns perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, proporcionar aos associados serviços assistenciais e cooperativos e desenvolver trabalhos na área de educação, cultura, saúde e lazer.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 733/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Independência, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de abril de 1995, a Associação de Moradores do Jardim Independência, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, se caracteriza por ser uma sociedade civil, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária, religiosa, e com prazo indeterminado de duração.

Há mais de 07 anos, portanto, moradores e amigos do Jardim Independência reuniram-se e organizaram-se com o fim de estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade, pleiteando recursos e soluções.

A Associação ainda contribui para a formação e desenvolvimento da vida comunitária, para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da comunidade, representando seus moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos, desenvolvendo o sentido de comunidade e proporcionando melhoria nas condições de vida.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 734/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense - Cisamusep, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2002.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense - Cisamusep, com sede e foro no município de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho para garantir a implantação das diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS nos municípios consorciados, representando-os perante quaisquer entidade de direito público ou privado, nacional ou internacional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, gostaríamos de anunciar a visita da Escola de Educação Espe-



cial, Central de Deficientes Auditivos. Cumprimentar as professoras Renata, Elisa e Eliane.

As nossas boas-vindas à Escola de Educação Especial Central de Curitiba.

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós, que durante este período do governo Jaime Lerner, estivemos nesta tribuna buscando com muita ênfase e com muita firmeza, defender os interesses do povo do Paraná e defender os nossos pontos de vista, sempre com muita clareza e disposição e tínhamos feito um compromisso conosco que, neste restante de governo, iríamos ficar calados para podermos fazer comentários a partir do ano que vem. Todavia, senhor presidente, um fato ocorrido neste final de semana, impede que nós não façamos o nosso manifesto. A inauguração do novo Museu do Paraná é a mais clara e inequívoca demonstração do ímpeto megalomaniaco do governador Jaime Lerner.

Senhor presidente, ontem, eu tive por capricho ir visitar o novo museu e por sinal, moro nas imediações daquela obra.

Uma obra de 14 milhões de dólares e que em versos e prosas procurou o governador, neste crepúsculo de governo, marcar o seu período de governo ou diminuir a rejeição perante a opinião pública com a inauguração desta obra.

Mas, senhor presidente, visitando o edifício Humberto de Alencar Castelo Branco, porque o novo museu nada mais é do que a inauguração de um edifício construído pelo ex-governador Paulo Pimentel, apenas fizeram um aparato na frente do prédio Castelo Branco com um “olho mágico” para tentar criar um fato, tentando marcar o governador Jaime Lerner como um grande empreendedor e eu procurei, senhor presidente, no prédio Castelo Branco, a placa de inauguração, realizada pelo governador Paulo Pimentel e, infelizmente, até a placa o governador Jaime Lerner subtraiu do Edifício Castelo Branco, para tentar criar uma imagem falsa de que está terminando o seu governo, com a construção de uma obra magnífica, fazendo média com o chapéu alheio. Quatorze milhões de dólares gastos de forma mais irresponsável possível. Estão lá cento quarenta e quatro mil metros quadrados, senhor presidente, que com certeza ficarão ociosos, que com certeza não serão aproveitados, mostrando a irresponsabilidade deste governo que maltratou os funcionários, que repudiou em cima das viúvas aposentadas do IPE, que não cumpre os contratos assinados com as Prefeituras, prefeitos que caíram no conto do vigário e que assinaram convênios para apoiar o candidato do governo e que hoje choram o leite derramado pela traição do governador Jaime Lerner.

Os quatorze milhões de dólares daria para construir seis mil casas populares de cinquenta e dois metros

quadrados de qualidade; e o dinheiro, segundo informações, foi dinheiro emprestado do Banco Mundial que o povo do Paraná vai ter que pagar. E a licitação para fazer a obra, não temos certeza se ocorreu, a licitação para realizar a obra desse verdadeiro elefante branco, que sucedeu o Edifício Castelo Branco, agora elefante branco, na verdade não se tem certeza se foi licitado, se foi feito através de carta-convite ou se foi dado para amigos, apangados das pessoas que hoje infelizmente governam o Paraná.

Por isso, senhor presidente, estou apresentando um requerimento nesta Casa para saber ao certo qual foi a modalidade licitatória para construir o edifício do novo museu de Curitiba, para saber ao certo, senhor presidente, se o desmate, se a derrubada das árvores do Bosque do Papa foi autorizado pelo IAP ou pelo Ibama, porque nesta loucura do governador, nem as árvores do Bosque do Papa foram poupadas; fizeram uma limpa, escovaram as árvores para poderem os refletores iluminar, para que o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse uma boa idéia, ou ficasse maravilhado com a beleza das árvores raspadas do Bosque do Papa João Paulo II.

Queremos saber se o IAP autorizou a derrubada, o corte das árvores do Bosque do Papa. Queremos saber aonde que está a placa do governador Paulo Pimentel, que construiu o Edifício Humberto de Castelo Branco.

Queremos saber, senhor presidente, aonde que foram parar quatorze milhões de dólares para construir um olho ali às margens da rua Marechal Hermes, porque o edifício já tinha sido construído nos governos anteriores. Uma obra vergonhosa, uma obra imoral para culminar com um governo ridículo, um governo que infelicitou o povo do Paraná. Bastava construir agora, para concluir esta trajetória, esta obra, este elefante branco, subtraindo as prioridades, jogando o dinheiro público na mais absoluta irresponsabilidade, e está ali a marca desse governo sonhador, viajante, turista, desse governador que esconde os números, que dificulta a transição, desse governador que deixa saudades. Deixa saudades, mas não das coisas boas que fez, deixa saudades porque já deveria ter ido há muito tempo.

Senhor presidente, estamos apresentando um requerimento nesta Casa, queremos o apoio dos deputados para aprová-lo, para que possamos saber a verdade, de onde foi parar o dinheiro público. Dessa monumental irresponsabilidade, desse governador sonhador, viajante, turista, que aí está infelicitando o povo do Paraná.

Gostaria de solicitar a formação de uma comissão especial para Assembléia Legislativa do Paraná, para ir visitar o novo museu, para conhecer o novo museu e depois tirar as conclusões.

No ano que vem, com certeza, teremos que fazer uma grande investigação para buscar os números verdadeiros. Queremos solicitar a formação de uma comissão especial para apurar os danos ocorridos, a subtração da verdade, os danos realizados no Bosque do Papa.

Aqui fica o manifesto do PMDB, cinqüenta e dois milhões de reais, quatorze milhões de dólares. Um número abusivo, um número irresponsável de um governo moribundo, que foi repellido pelo povo, que foi mandado para casa pelo povo do Paraná, mas que agora, nesses últimos dias, na sua mais absoluta inconseqüência, enterra a esperança do povo do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade o que o deputado Nereu Moura acaba de falar nesta tribuna, nos remete à obrigação de pensarmos na nossa assessoria técnica, que, está exatamente no Tribunal de Contas.

Talvez o órgão de controle externo do Tribunal de Contas tivesse a obrigação e o dever de verificar a licitação da obra, a ordem de serviço, de informar a esta Casa de onde esses recursos vieram, se foi da conta do Estado, se foi de empréstimos internacionais, se houve auditivo na obra, se os valores gastos e aplicados estão corretos.

Tudo isso está adequado nas Constituições Estadual, Federal, e no nosso Regimento Interno.

Como muitas coisas que parecem ser, mas não são. Muitos atos parecem terem sido tomados, e não foram. Em última análise, sempre quem paga a conta é a população, pagando seus impostos, pagando as custas de um Poder ou dos três Poderes, que nem sempre cumprem a sua função dentro do rigor da lei.

É só lembrarmos que esta Casa aprovou 100 milhões de dólares para reformas de teatros, de cinemas municipais, de reformas de obras acabadas ou não acabadas. Solicitei naquela oportunidade ao secretário que nos remetesse quais os cinemas que seriam reformados com esses 100 milhões de empréstimo do BIRD. Estou até hoje aguardando uma resposta.

Agora sei que inúmeros cinemas estão sendo reformados no Estado, também sei que todos estão superfaturados. Obras de 200 metros que poderiam custar, 800 talvez 1 milhão de reais e está custando perto de dois milhões de reais ao povo do Paraná.

Quem sabe esta obra fantástica para os olhos, que ocupou as primeiras páginas de todos os jornais do Paraná, seja um contraste para o coração daqueles que caminham nos bairros e que vêem falta de escolas. Vêem falta de segurança, falta de material escolar, falta de alimento básico para a nossa população. Não, não vale essa triste realidade! Vale a fantasia, a enganação, a omissão do Tribunal de Contas. Vale também a omissão deste Poder e também vale, em muitas vezes, o silêncio da nossa justiça.

Precisamos retomar esse novo tempo da globalização, do mundo competitivo, que está presente em cada ser humano deste país.

A cada um está imposta a obrigação de ser mais do que ter. Se está este mundo globalizado, exigindo que cada um se prepare para fazer melhor a sua função, por que é que aqueles que estão manuseando os recursos públicos se omitem? Ao contrário, garanto de termos as informações imediatas da Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas. Temos aqui hoje na Ordem do Dia a criação de mais de 17 cargos no Tribunal de Contas: de jornalista, de fisioterapia, para assessor, mas para exercer a função, mas para cumprir o dever de casa, talvez não estejamos criando nenhum cargo.

Vou parar de discutir com os conselheiros do Tribunal de Contas; já falei tudo que tinha para falar. Espero poder contar com os técnicos do Tribunal de Contas, como parceiros desta nova caminhada. Parceiros, por exemplo, na fiscalização, na apuração ou na revelação dos recursos aplicados nos Jogos Mundiais da Natureza, porque é obrigação deles acompanhar, já que assessoram este Poder.

O Tribunal de Contas, como órgão auxiliar, tem que acompanhar a obra, não revelar que a obra está parada ou foi abandonada apenas para ocupar manchetes de jornal.

Tenho certeza que o deputado Edson Strapasson, presidente da Comissão de Obras desta Casa, vai solicitar que os técnicos do Tribunal de Contas venham à Comissão de Obras da Casa e prestem contas sobre esta e outras obras, porque não podemos mais, como representantes do povo - que temos que buscar o voto a cada quatro anos -, fazer mais vistas grossas com certas coisas.

Era isso, senhor presidente, meus caros pares.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero fazer aqui o registro da presença de algumas pessoas que são muito importantes para nós e começo pelos nossos futuros deputados: está ali o meu amigo Chico Bier, vice-prefeito de São José dos Pinhais e que daqui há alguns dias estará conosco aqui na Assembléia Legislativa; meu caro amigo Wanderley Hency, deputado estadual que assume no 1º de fevereiro, nesta Casa; deputada Cida Borghetti que há pouco se encontrava aqui; deputado Barbosa Neto, que fez mais de cento e vinte mil votos no Paraná, quase ganhando do Rossoni, e que estava presente até agora pouco.

Presidente, quero registrar um evento importante que aconteceu hoje de manhã. V. Exa. também estava presente, que é mais uma edição do "Agrinho", evento importantíssimo para área pedagógica-educacional e da nossa agricultura do Paraná, realizada mais uma vez em Santa Felicidade, quando através do FAEP, do Senai, da Secretaria da Agricultura e da Secretaria de Educação, pudemos ver muitos trabalhos lá premiados, um incentivo aos nossos estudantes e professores do Estado do Paraná.

Por incrível que pareça, nós vimos lá o que significa esse empenho durante o ano todo de muitos professores e alunos, principalmente das escolas públicas do ensino fundamental do Paraná. Deputado Alborghetti, é uma coisa bonita de se ver!

Está de parabéns a FAEP, o Senai, por ter mais uma vez editado um evento como esse, que todos os anos tem se repetido, e para nossa felicidade, tem dado um diferencial no Paraná em termos de um apoio para educação e a nossa agricultura.

Quero aproveitar, senhor presidente, para agradecer a presença de nosso vice-prefeito de Pato Branco, Oladir Caudato, ele que é meu amigo, um agricultor, uma pessoa extraordinária e que tem tido conosco um grande trabalho naquele município, uma pessoa leal, muito sincera, e gostaria de agradecer muito a sua presença.

Também agradecer aqui o Elcir Broco, ele que é presidente do Sindicato Rural de Pato Branco e que representa os nossos agricultores, tem um trabalho extraordinário; é proprietário de uma propriedade modelo na nossa região, um exemplo de agricultor e de empreendedor da nossa agricultura.

Portanto, gostaria, senhor presidente, de registrar a presença desses nossos visitantes, nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Primeiramente, gostaria de registrar a presença dos nossos visitantes. Sejam bem-vindos!

Com a palavra, pela ordem, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, consulto à Mesa com relação aos itens 14 e 15 da pauta do dia, que não constam as mensagens com seus respectivos projetos na apêndice e se não me falha a memória, não foi nenhuma vez incluída em votação para que dela, hoje, não fizesse parte o pensamento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Fomos informados pela assessoria que foi publicado na Sessão Extraordinária do dia 20. Já estava constando na Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicitaria, então, à Mesa se pudesse me ceder as mensagens.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passa-se ao horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL, PSC, PSL, PT, PPB, PFL, PSDB, PTB.

(**Todas declinam**)

No Horário da Liderança do PPS, fará uso da palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, senhores deputados da próxima Legislatura que nos visitam. É uma honra tê-los aqui.

Ocupo este Horário da Liderança do PPS apenas para comunicar à Casa, da realização, ainda na sexta e no sábado, por parte do PPS, da avaliação dos resultados eleitorais de 2002 e que demonstraram o crescimento do PPS no Estado do Paraná; e ainda, para trazer a esta Casa a notícia de que Rubens Bueno, presidente do PPS estadual, assumiu a Secretaria Geral do PPS Nacional, justamente em virtude dos resultados havidos no Estado do Paraná.

O Estado do Paraná foi onde o PPS mais cresceu, apesar de termos eleito governador no Amazonas, de termos eleito governador no Mato Grosso, mas foi no Paraná que o PPS teve o seu melhor desempenho e trouxe a esta Assembléia, na próxima legislatura, três deputados estaduais e nos deu também a satisfação de termos eleito o deputado Cezar Silvestri, nosso companheiro de bancada, para a Câmara Federal, bem como o companheiro Fernando Giacobbo.

E nesta avaliação que realizamos com a presença do presidente nacional, Roberto Freire, com a presença de lideranças, com a presença do governador eleito, ficou muito claro o papel que o PPS passa a desempenhar no Estado do Paraná e a nível nacional. Então, eu queria trazer, neste momento da liderança, esta notícia de que o PPS, partido que ideologicamente tem crescido, mas principalmente, tem crescido em cima de um trabalho realizado pelo nosso companheiro Rubens Bueno, de organização em todos os municípios.

Nós ainda tiramos dessa reunião a proposição de que o PPS deverá, no Estado do Paraná, disputar as eleições nos vinte e três maiores municípios, com candidatura própria. Estamos indo em busca de chapas consistentes para a eleição também de vereadores, fazendo aquilo que todo partido político deve fazer: um bom trabalho de base, para crescer de forma sólida, de forma coerente, mas principalmente, em cima de um projeto ideológico e de um discurso que se firmou nestas últimas eleições.

Tiramos também naquela reunião a proposição de apoio ao governo Roberto Requião aqui no Estado do Paraná, como apoio independente de qualquer outra situação e também apoio ao governo Lula, a nível federal.

Então, essas são as principais proposição que foram tiradas nesse Seminário de Avaliação do PPS e que, sem sombra de dúvida, prepara o Partido para a nova caminhada que se desenrolará em 2004.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança da Oposição e Liderança do Governo.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### **ITEM 01**

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2550, de autoria dos deputados Antonio Anibelli, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira e demais deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do Dia por 03 (três) Sessões.

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Presidência defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Zuk**)

**Procede à chamada nominal dos senhores deputados.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e dois senhores deputados responderam à chamada.

**Não há quórum para deliberar, apenas para continuidade da Sessão.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Somente para registrar a presença do deputado Francisco Thurer, atual vice-prefeito de São José dos Pinhais e que, para nossa alegria, a partir do ano que vem, vai ser deputado estadual junto conosco e está presente aqui no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado e, sem sombra de dúvida, um grande parlamentar que vai engrandecer este Poder.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2536 e 2537, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

**EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 503/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 553, 567, 637, 670, 672, 675, 683, 684 e 689/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 207/2001; 556, 660 e 697/2002.

Levanta-se a Sessão.